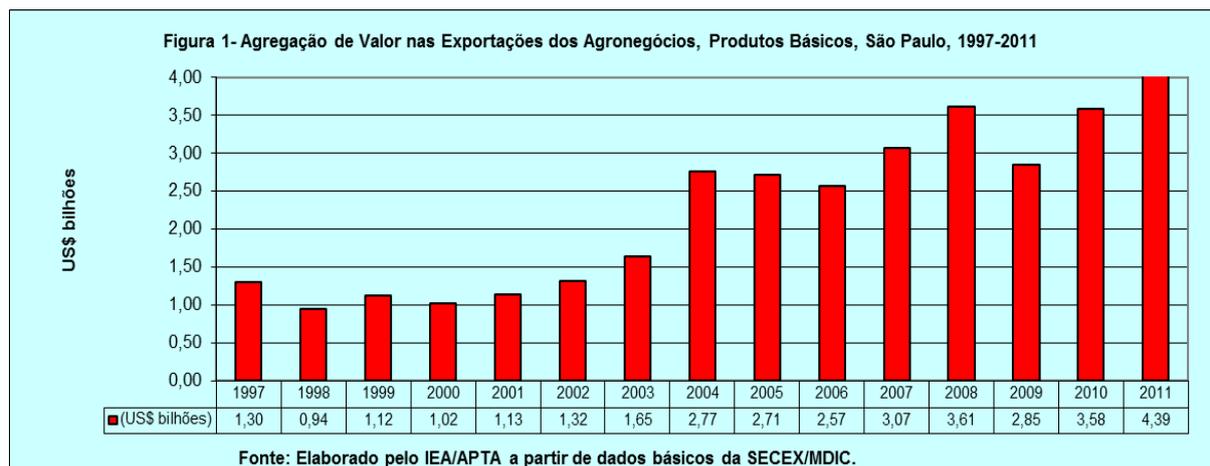


Agregação de valor nas exportações no período 1997-2011: São Paulo agronegociador-exportador num Brasil primário-exportador

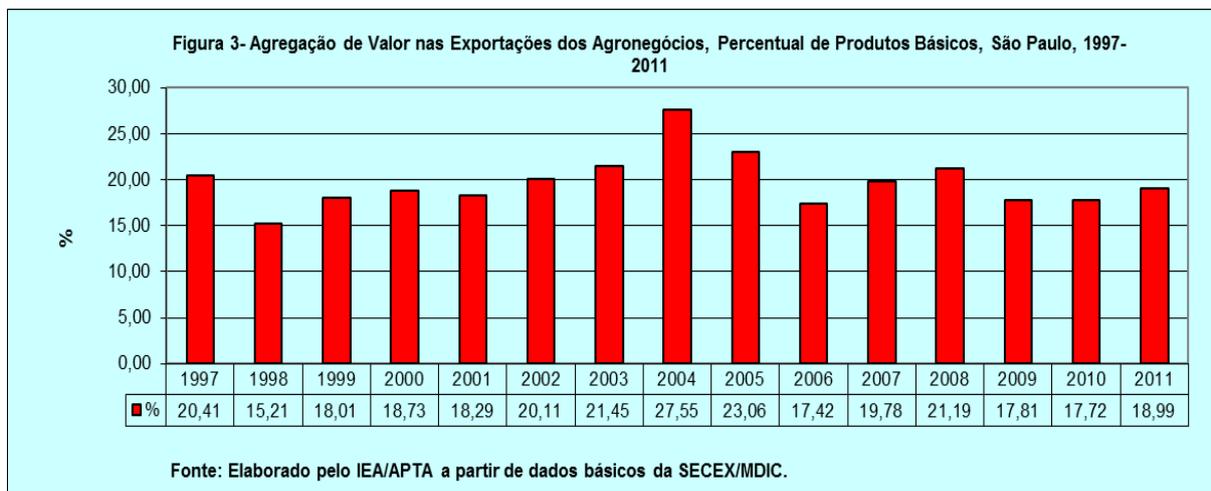
No período 1997-2011 as exportações de produtos básicos dos agronegócios paulistas saltam de patamar, saindo de pouco mais de US\$ 1,0 bilhão no período 1997-2002, para níveis superiores a US\$ 2,6 bilhões no biênio 2004-2005 e atingindo US\$ 3,60 bilhões em 2008. Na crise econômica recua para US\$ 2,85 bilhões em 2009, mas volta ao patamar de US\$ 3,58 bilhões em 2010 e US\$ 4,39 bilhões em 2011 (**Figura 1**).



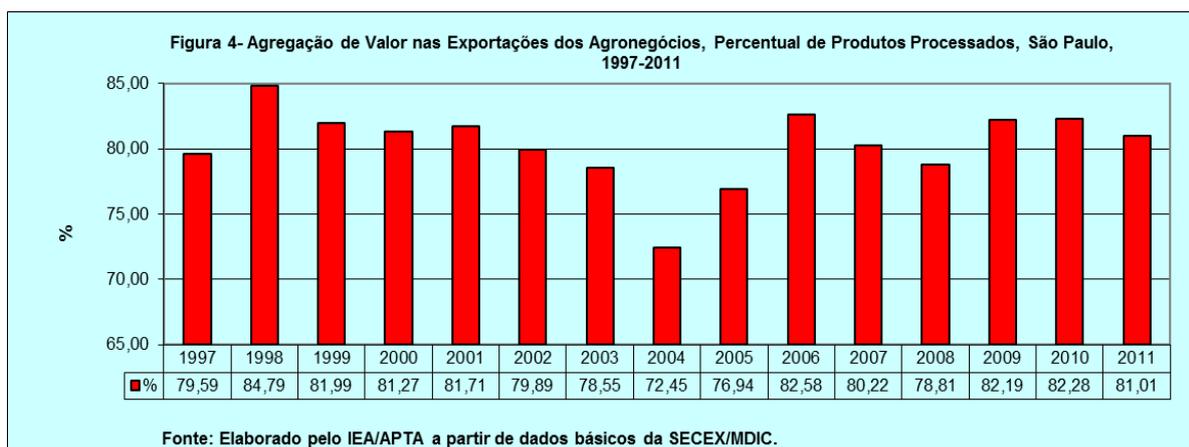
Quando são considerados os produtos processados, os valores das vendas externas dos agronegócios paulistas são maiores, tendo evoluído de patamares em torno dos US\$ 5,0 bilhões no período 1997-2002 para níveis muito mais elevados, acima de US\$ 13,38 bilhões em 2008, embora tenham recuado para US\$ 12,38 bilhões em 2009, volta a crescer atingindo US\$ 16,62 bilhões em 2010 e US\$ 18,72 bilhões em 2011 (**Figura 2**).



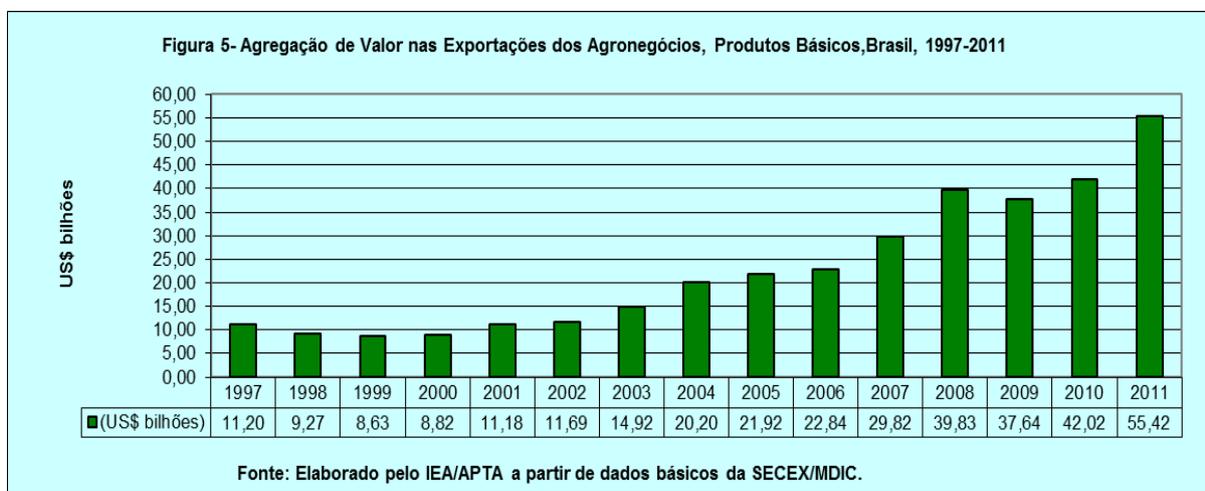
Em função desses indicadores, os agronegócios paulistas apresentam uma baixa participação dos produtos básicos na pauta de exportações. Excetuando-se o ano 2004, quando o câmbio impulsionou as exportações paulistas de grãos, em todos os demais anos do período 1997-2009, tem-se proporções de produtos básicos em torno de um quinto (20,0%). Nos anos recentes há crescimento da participação dos produtos básicos de 17,42% em 2006 para 21,19% em 2008, novo recuo para 17,72% em 2010 e crescimento para 18,99% em 2011 (**Figura 3**).



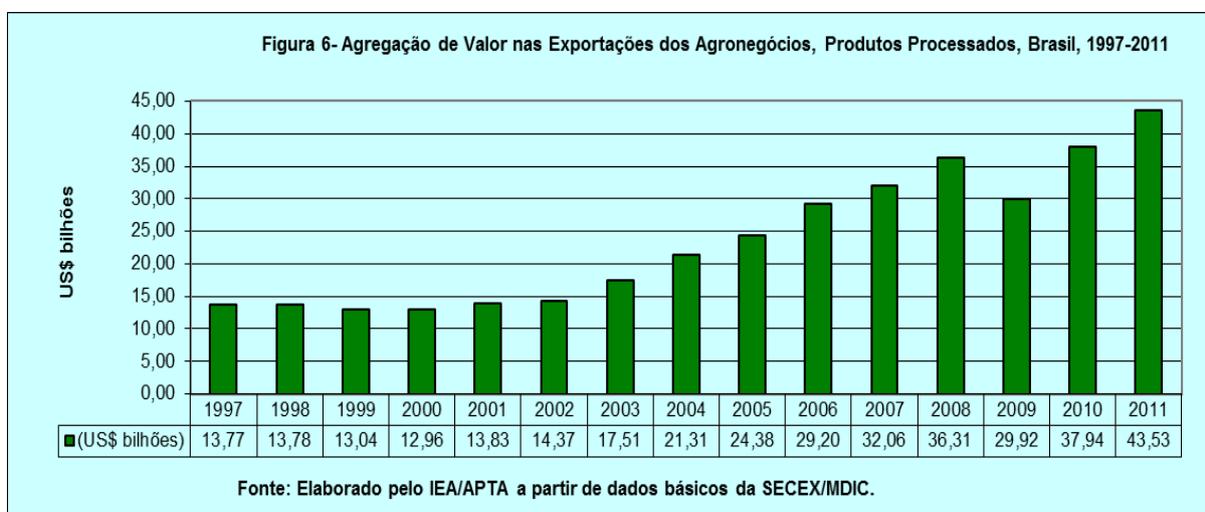
Isso em decorrência da condição agroindustrial exportadora dos agronegócios paulistas, uma vez que quatro quintos (80,0%) das exportações setoriais do período 1997-2008 foram de produtos com agregação de valor por transformação agroindustrial. Entretanto, nos últimos anos nota-se um recuo da participação de produtos processados de 82,58% em 2006 para 78,81% em 2008, mas retorna ao patamar anterior com 82,28% em 2010 e com novo recuo alcança 81,01% em 2011 (**Figura 4**).



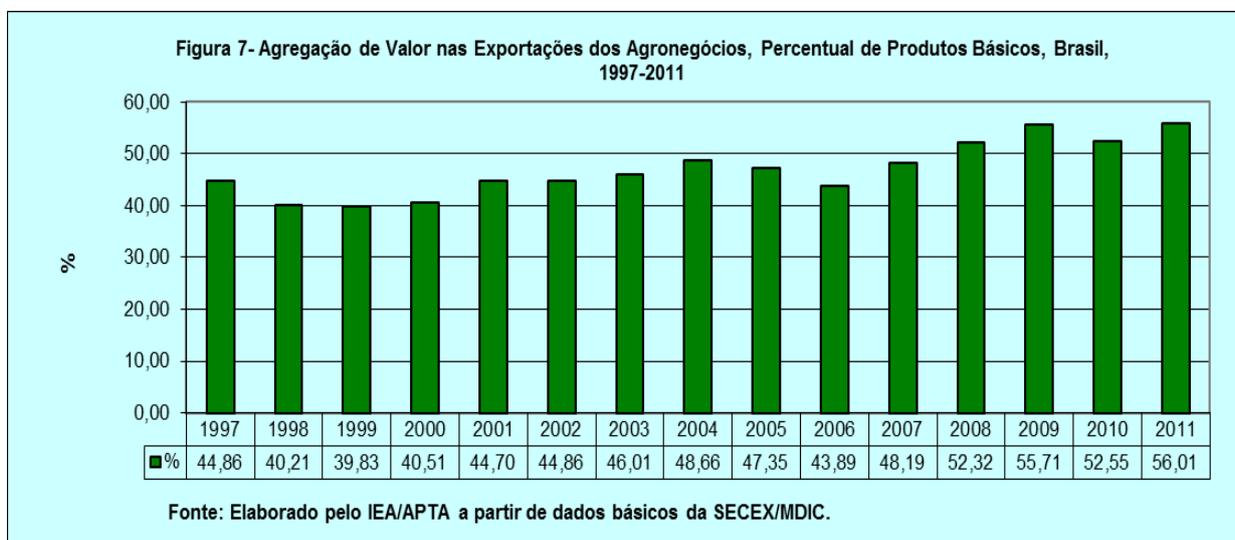
Quando se avalia o comportamento das exportações dos agronegócios brasileiros, verifica-se que as vendas de produtos básicos, que eram de US\$ 11,20 bilhões em 1997, recuaram para US\$ 8,63 bilhões em 1999, face à sobrevalorização cambial do período. Desse ano em diante apresentaram vertiginoso processo de expansão atingindo US\$ 39,83 bilhões em 2008, conquanto tenham recuado para US\$ 37,64 bilhões em 2009, como decorrência da crise mundial que afetou o comércio exterior desde a segunda metade de 2008, mas volta a mostrar ganho significativo ao atingir US\$ 55,42 bilhões em 2011 (**Figura 5**).



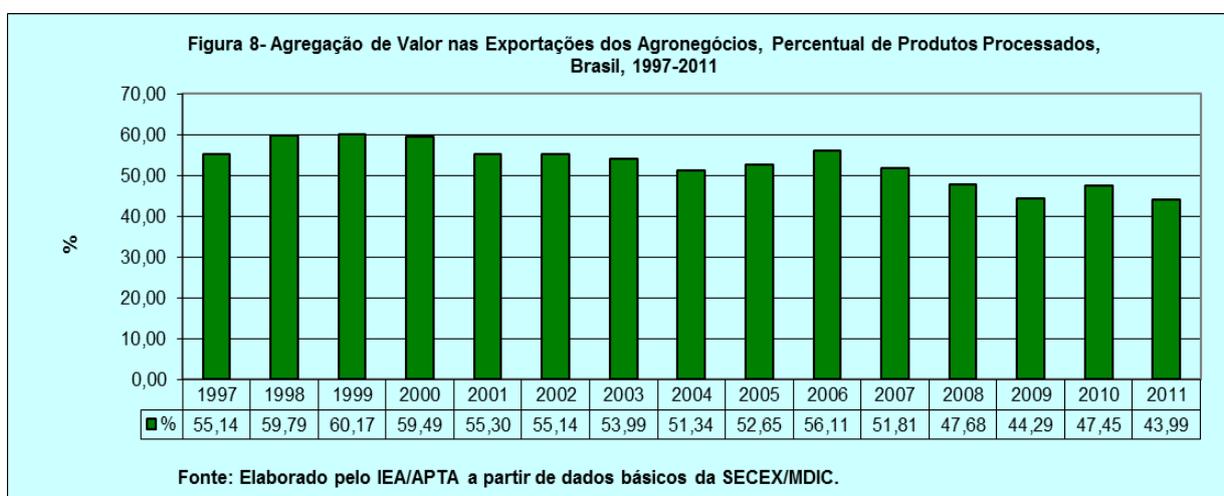
Em termos de produtos processados, os incrementos foram expressivos, uma vez que de US\$ 13,77 bilhões em 1997 atingiu-se US\$ 36,31 bilhões em 2008, patamar esse que recua para US\$ 29,92 bilhões em 2009, mas que cresce para US\$ 43,53 bilhões em 2011 (**Figura 6**).



Em termos percentuais, as vendas externas de produtos básicos dos agronegócios brasileiros, não apenas são muito superiores aos verificados para o caso paulista, como são crescentes indo de 44,86% em 1997 para 55,71% em 2009, ajustando para 56,01% em 2011. Nota-se de forma nítida que nos anos recentes as exportações setoriais brasileira reforçam a condição histórica de nação primário-exportadora, ou seja, as vendas externas não consistem num processo que reforce a difusão de agroindústrias multiplicando a renda e o emprego no mercado interno (**Figura 7**).



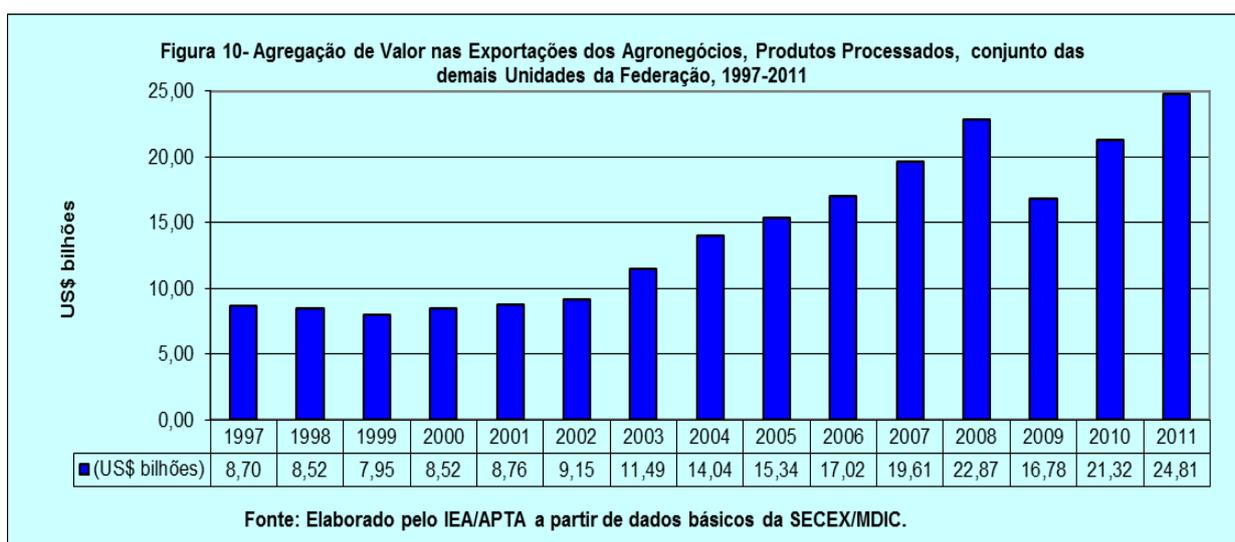
Essa expressiva participação dos produtos básicos faz com que as vendas de produtos processados, cujos percentuais cresceram de 55,14% em 1997 para 60,17% em 1999, passem a constituir tendência de queda persistente, atingindo 44,29% em 2009, voltando ao patamar de 47,45% em 2010, mas recuando para 43,99% em 2011, o que confirma o argumento de que a inserção mais recente dos agronegócios brasileiros no mercado internacional deu-se pela maior expansão das vendas de produtos básicos (**Figura 8**).



Isso deriva de que as exportações das demais unidades da federação concentram-se em produtos básicos as quais, após recuarem de US\$ 9,90 bilhões em 1997 para 7,51 bilhões em 1999, ganham notável dinamismo para alcançarem US\$ 36,22 bilhões em 2008, conquanto tenham recuado para US\$ 34,04 bilhões em 2009, voltam a avançar para US\$ 51,03 bilhões em 2011 (**Figura 9**).



Já nos produtos processados, após manutenção no patamar de US\$ 8,70 bilhões entre 1997 e 2001, também ocorre expansão expressiva alcançando US\$ 22,93 bilhões em 2008. Em 2009 esse perfil de agregação de valor nas exportações recuou para US\$ 17,54 bilhões, mas voltou a crescer até atingir US\$ 24,81 bilhões em 2011 (**Figura 10**).



Em termos proporcionais, há uma nítida prevalência dos produtos básicos nas exportações dos agronegócios das demais unidades da federação, indicador que após recuar de 53,21% em 1997 para 47,79% em 2000, cresce de forma significativa para atingir 67,46% em 2009 e realiza ajuste para 67,29% em 2011 (**Figura 11**).



Com os produtos processados, após crescimento de 46,79% em 1997 para 52,21% em 2000, há o expressivo recuo para 34,00% em 2009, e aumento para 35,68% em 2010 seguido de recuo para 32,71% em 2011 (**Figura 12**). Configura-se assim a realidade primário-exportadora verificada no conjunto das outras unidades da federação brasileira quando se exclui São Paulo.



A análise dos indicadores acima apresentados mostra algumas diferenciações estruturais relevantes no movimento das exportações brasileiras. Numa leitura nacional, nota-se não apenas uma realidade primário exportadora, como também fica patente o fato de que os anos recentes vem reforçando essa característica com percentuais cada vez maiores de produtos básicos (**Tabelas 1 e 2**). Esse desempenho ocorre na contramão da leitura de desenvolvimento de tradição cepalina que preceituava o aprofundamento do processo de industrialização, o que em economias continentais como a brasileira implicaria na multiplicação de agroindústrias. Um dos elementos fundamentais para estimular esse processo consiste na denominada “Lei Kandir” (Lei Complementar nº 87 de 13 de dezembro de 1996) que desonera as vendas externas de produtos básicos mas mantém a tributação de produtos processados, num nítido tratamento de desestímulo às exportações de produtos processados.

Tabela 1- Agregação de Valor nas Exportações dos Agronegócios, Brasil, São Paulo e demais Unidades da Federação, 1997 – 2011.

(US\$ bilhões)

Ano	Brasil			São Paulo			Demais Unidades da Fed.		
	Básicos	Proc. (1)	Total	Básicos	Proc. (1)	Total	Básicos	Proc.(1)	Total
1997	11,20	13,77	24,96	1,30	5,06	6,36	9,90	8,70	18,60
1998	9,27	13,78	23,05	0,94	5,26	6,20	8,33	8,52	16,85
1999	8,63	13,04	21,66	1,12	5,09	6,21	7,51	7,95	15,46
2000	8,82	12,96	21,78	1,02	4,44	5,46	7,80	8,52	16,32
2001	11,18	13,83	25,01	1,13	5,06	6,20	10,05	8,76	18,81
2002	11,69	14,37	26,06	1,32	5,22	6,54	10,38	9,15	19,52
2003	14,92	17,51	32,43	1,65	6,02	7,67	13,27	11,49	24,76
2004	20,20	21,31	41,51	2,77	7,27	10,04	17,43	14,04	31,47
2005	21,92	24,38	46,30	2,71	9,04	11,75	19,21	15,34	34,55
2006	22,84	29,20	52,04	2,57	12,18	14,75	20,27	17,02	37,29
2007	29,82	32,06	61,88	3,07	12,45	15,52	26,75	19,61	46,36
2008	39,83	36,31	76,14	3,61	13,44	17,05	36,22	22,87	59,09
2009	37,64	29,92	67,56	2,85	13,14	15,98	34,79	16,78	51,58
2010	42,02	37,94	79,95	3,58	16,62	20,20	38,44	21,32	59,76
2011	55,42	43,53	98,94	4,39	18,72	23,11	51,03	24,81	75,84

(1) processados correspondem a semi-manufaturados mais manufaturados.

Fonte: Elaborada pelo IEA/APTA/SAESP a partir de dados básicos da SECEX/MDIC

Tabela 2- Agregação de Valor nas Exportações dos Agronegócios, Brasil, São Paulo e demais Unidades da Federação, 1997 – 2011.

(em %)

Ano	Brasil			São Paulo			Demais Unidades da Fed.		
	Básicos	Proc. (1)	Total	Básicos	Proc. (1)	Total	Básicos	Proc.(1)	Total
1997	44,86	55,14	100,00	20,41	79,59	100,00	53,21	46,79	100,00
1998	40,21	59,79	100,00	15,21	84,79	100,00	49,42	50,58	100,00
1999	39,83	60,17	100,00	18,01	81,99	100,00	48,59	51,41	100,00
2000	40,51	59,49	100,00	18,73	81,27	100,00	47,79	52,21	100,00
2001	44,70	55,30	100,00	18,29	81,71	100,00	53,41	46,59	100,00
2002	44,86	55,14	100,00	20,11	79,89	100,00	53,15	46,85	100,00
2003	46,01	53,99	100,00	21,45	78,55	100,00	53,61	46,39	100,00
2004	48,66	51,34	100,00	27,55	72,45	100,00	55,39	44,61	100,00
2005	47,35	52,65	100,00	23,06	76,94	100,00	55,61	44,39	100,00
2006	43,89	56,11	100,00	17,42	82,58	100,00	54,36	45,64	100,00
2007	48,19	51,81	100,00	19,78	80,22	100,00	57,70	42,30	100,00
2008	52,32	47,68	100,00	21,19	78,81	100,00	61,30	38,70	100,00
2009	55,71	44,29	100,00	17,81	82,19	100,00	67,46	32,54	100,00
2010	52,55	47,45	100,00	17,72	82,28	100,00	64,32	35,68	100,00
2011	56,01	43,99	100,00	18,99	81,01	100,00	67,29	32,71	100,00

(1) processados correspondem a semi-manufaturados mais manufaturados.

Fonte: Elaborada pelo IEA/APTA/SAESP a partir de dados básicos da SECEX/MDIC

Noutra leitura da regionalidade das exportações dos agronegócios nota-se as relevantes diferenças estruturais entre os agronegócios paulista e do conjunto das outras unidades da federação, na medida que, em São Paulo, a parcela expressiva das vendas externas correspondem a produtos processados, enquanto que nas demais unidades da federação prevalecem os produtos básicos (**Tabelas 1 e 2**). Noutras palavras, uma economia agroindustrial exportadora nas terras paulistas face à condição ainda primário-exportadora das demais regiões brasileiras. Nesse sentido o processo de desconcentração produtiva atingiu a

moderna agropecuária mas ainda não alcançou expressão na estrutura agroindustrial de processamento.

Essa territorialidade mostra o equívoco da centralização da capacidade de realizar políticas públicas no Governo Federal, além de que coloca em discussão o sentido do fulcro da política voltada para a expansão da fronteira agropecuária, com intenso uso da guerra fiscal, apoio de políticas federais que não solucionam a realidade de endividamento crescente e que produzem o aumento da dependência externa na importação de fertilizantes. Isso sem contar que todo esse processo de estímulo às vendas externas de produtos básicos acaba por refletir-se na ocupação dos espaços de vegetação nativa nos Cerrados e mesmo na Amazônia. As obras de infra-estrutura que chancelam a expansão realizada sustentando o pretérito processo de acumulação primitiva pelos ganhos patrimoniais da abertura de novas “fazendas” acabam por dar os contornos mais dramáticos à realidade. Esses elementos devem fazer parte da agenda das políticas para um novo ciclo de desenvolvimento da agricultura brasileira.

Palavras-chave: agronegócios, balança comercial, exportações, agregação de valor.

José Sidnei Gonçalves

sydy@iea.sp.gov.br

José Roberto Vicente

jrvicente@iea.sp.gov.br

Recebido: 18/01/2011